



Sugerimos nas visitas técnicas reuniões com:

- Poder Executivo - políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher efetivamente implementadas;
- Ministério Público e Poder Judiciário nos Estados e Distrito Federal - Identificação das iniciativas já implementadas;
- Delegacias especializadas, Centros de Referência, Casas de Abrigo e serviços de saúde - análise dos protocolos e estruturas de atendimento e acolhimento às vítimas e seus familiares;
- Presidentes das Comissões de Direitos Humanos e defesa da Mulher das Assembleias Legislativas;
- Defensoria Pública Federal e Estadual e entidades como OAB, Justiça Global e organizações de direitos humanos e;
- Sociedade Civil.

Além de outras diligências técnicas que se fizerem necessárias para a consecução dos trabalhos da presente Comissão. Tais providências se darão sem prejuízo de ajustes e que se mostrem necessárias ao longo das visitas.

Ante o exposto, peço o apoio dos pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2019.

**FLÁVIA ARRUDA**  
Deputada Federal - PR/DF